

# Complexidade da legislação pouco ajuda

— segundo Missão de Observação da União Europeia

A MISSÃO de Observação da União Europeia considera que o eleitorado moçambicano teve uma escolha limitada a nível local, o que, nas palavras da chefe deste grupo de 131 observadores, a deputada do Parlamento Europeu Fiona Hall, se deveu àquilo que descreve como complexidade do enquadramento legal e procedimentos pouco claros. A responsável referia-se à reprovação de algumas listas de partidos políticos pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) por irregularidades nas suas candidaturas.

Para os observadores europeus, os procedimentos legais moçambicanos no que respeita a candidaturas, sobretudo às eleições legislativas e provinciais, não facilitam os candidatos, na medida em que a legislação é dispersa e por vezes pouco clara. No entanto, e perante perguntas de jornalistas sobre a que procedimentos se refere, o grupo de observadores disse apenas que a legislação moçambicana aplicável a procedimentos eleitorais não é clara e ademais apresenta-se dispersa e dá espaço a diferentes interpretações.

“Algumas disposições importantes legais que visam garantir a transparência do processo não foram respeitadas, incluindo a publicação completa da lista de candidatos e das assembleias de voto e os respectivos códigos 30 dias antes do dia da votação”, explicou Fiona Hall.

Entretanto, sobre a votação em si, a missão considera que a CNE e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral

(STAE) prepararam um dia de votação que possibilitou o sufrágio universal, na medida em que, entre outros aspectos, o órgão de administração eleitoral foi bem sucedido em ultrapassar os vários desafios logísticos e organizativos derivados da dimensão do país e ao número de eleitores recenseados.

A missão de observação continuará a observar o apuramento dos resultados e acompanhará o possível contencioso eleitoral antes de emitir conclusões finais.

A responsável por este grupo de observadores reagiu também às afirmações inflamatórias feitas quinta-feira em Nampula pelo líder da Renamo, Afonso Dhlakama, que ameaça “tomar o poder à força”. Disse Fiona Hall que se trata de declarações inadmissíveis, porque no processo de consolidação da democracia ninguém pode falar do recurso à força.

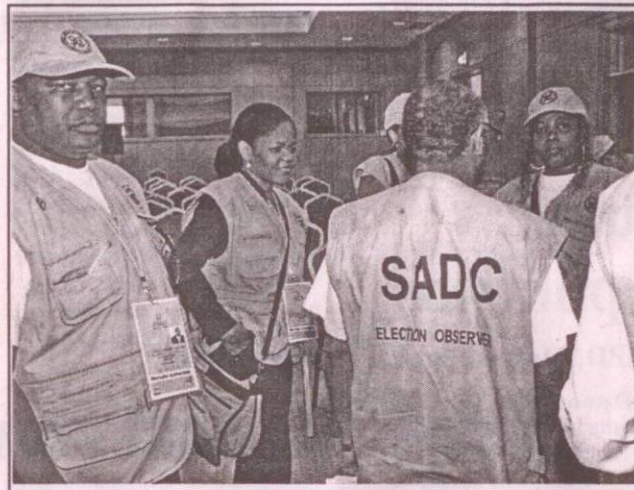
## VOTAÇÃO E CONTAGEM DE VOTOS FORAM BEM ADMINISTRADOS

- Missão da Commonwealth

O GRUPO de observadores da Commonwealth considera que as eleições de quarta-feira foram bem conduzidas, tendo o processo de votação decorrido numa atmosfera pacífica e o apuramento nas assembleias de

voto ter sido bem conduzido. Para o chefe desta missão, o antigo Presidente da Serra Leoa, Tejan Kabbah, o processo eleitoral moçambicano está a de-

“A fim de aprofundar mais a democracia em Moçambique é importante garantir que para as futuras eleições o processo tenha um maior grau de



correr normalmente, apesar de alguns constrangimentos verificados em algumas das suas etapas, particularmente o apuramento das listas dos partidos concorrentes às eleições legislativas e provinciais.

Segundo aquele responsável, é importante que o país aprenda com os sobressaltos que acontecem a cada eleição para que nas futuras eleições o processo tenha mais grau de transparência e que as condições sejam mais equilibradas para todos os candidatos participantes.

transparência e que as condições sejam razoavelmente equilibradas para todos os candidatos participantes, contribuindo assim para promover a consolidação do sistema multipartidário do país”, afirmou Ahmed Kabbah.

## ELEITORES EXPRESSARAM-SE LIVRES E SEM IMPEDIMENTOS

A MISSÃO de Observação da Comunidade de Desen-

volvimento da África Austral (SADC) ficou impressionada pela paciência demonstrada pelos eleitores, que foram capazes de expressar a sua vontade de uma forma pacífica, livre e sem impedimentos na sua ida às urnas na quarta-feira, pelo que considera que estas eleições gerais foram transparentes.

Segundo o chefe da Missão de Observação da SADC, o vice-ministro da Defesa e deputado zambiano Eustarckio Kazonga, estas eleições tiveram ainda o mérito de introduzir meios que reforçam a confiança dos eleitores e outros intervenientes no processo no que diz respeito à transparência. Falava especificamente das urnas translúcidas, que constituem uma inovação em processos eleitorais moçambicanos.

Para este grupo de observadores, o processo eleitoral moçambicano é exemplar, apesar de conter aspectos que devem ser melhorados, tais são os casos da publicação e verificação das listas eleitorais, que é feita apenas dez dias após o fim do período de registo eleitoral.

Outra das recomendações é a educação eleitoral adequada como um dos pré-requisitos para um processo eleitoral, o que pode ajudar a clarificar e a reduzir os desentendimentos entre os vários intervenientes do mesmo.